



**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA
ROGÉRIO ZANDAMELA, GOVERNADOR
DO BANCO DE MOÇAMBIQUE**

**POR OCASIÃO DO BRINDE ALUSIVO AO
ENCERRAMENTO DO ANO ECONÓMICO**

LOCAL: SEDE DO BM

Maputo, 18 de Dezembro de 2017

**Antigos Governadores do Banco de Moçambique,
Excelências**

**Senhores Membros do Conselho de
Administração do Banco de Moçambique**

**Senhores Antigos Membros do Conselho de
Administração do Banco de Moçambique**

**Senhores Representantes de Instituições do
Estado**

Senhores Parceiros de Cooperação Internacional

**Senhores Presidentes dos Conselhos de
Administração e das Comissões Executivas das
Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras**

**Senhores Directores e demais Gestores do Banco
de Moçambique**

Distintos Convidados;

**Minhas Senhoras, e
Meus Senhores,**

Boa tarde!

É com elevada honra que, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome, cumprimento todos os presentes nesta cerimónia de brinde de fim de ano, que tem lugar pela primeira vez nas nossas novas instalações, desejando a todos que desfrutem, de seguida, da beleza da vista que este edifício proporciona.

Com este evento pretendemos fazer o balanço preliminar de 2017 e perspectivar o ano de 2018, em termos macroeconómicos.

Nesta ocasião de balanço, gostaria de endereçar os nossos agradecimentos ao Governo, às instituições de crédito e sociedades financeiras que operam no País, ao sector privado, às associações económicas e socioprofissionais, à comunidade académica, aos parceiros de cooperação internacional e à comunicação social, pela contínua colaboração prestada ao Banco de Moçambique, a qual tem contribuído, em grande medida, para o cumprimento da nossa missão de preservar o valor da nossa moeda, o Metical, e assegurar a estabilidade do sector financeiro.

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

No ano que está prestes a findar, assistiu-se a um retorno gradual à normalidade dos indicadores económicos e financeiros, que se haviam degradado substancialmente no ano anterior.

Estas melhorias são, em grande parte, o reflexo das medidas vigorosas que tomámos visando repor a estabilidade macroeconómica, que contaram também com o concurso de medidas e reformas importantes encetadas pelo nosso Governo, no quadro de políticas públicas orientadas à estabilização da nossa economia.

Desta forma, a inflação anual, medida pela evolução do índice geral de preços de Moçambique, desacelerou significativamente do pico de 27%, observado em Novembro de 2016, para 7,15% em igual mês de 2017, traduzindo o efeito da política monetária restritiva sobre a procura agregada, sem descurar as medidas de consolidação fiscal implementadas pelo Governo em matéria de subsídios diversos aos preços, num contexto em que a produção interna de frutas e vegetais incrementou.

Ao longo de 2017, a taxa de câmbio do Metical face às principais moedas internacionais transaccionadas no mercado cambial moçambicano apresentou-se bastante estável, estando o Metical a registar uma recuperação assinalável, a exemplo da cotação contra o Dólar dos Estados Unidos da América, que baixou de quase 80,00 meticais em Setembro de 2016 para cerca de 60,00 meticais por dólar dos Estados Unidos da América, actualmente.

A introdução da taxa de câmbio de referência e do princípio de unicidade de taxa de câmbio favoreceu o desiderato de estabilidade cambial, para além de ter reforçado a transparência e a competitividade no mercado.

As nossas reservas internacionais incrementaram substancialmente no ano em revista, mercê da melhoria das exportações moçambicanas e da confiança dos agentes económicos.

A estes factores acresce mencionar a entrada recente de mais-valias a favor do Estado no valor de 352 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, elevando o saldo das nossas reservas brutas para pouco mais três biliões de dólares até

a presente data, estando o nível de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais próximo de 7 meses, quando em Dezembro de 2016 este indicador se situava ligeiramente abaixo de 3 meses.

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

No primeiro trimestre de 2017 alterámos o mecanismo de formulação e implementação da política monetária, tendo introduzido a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, que guia o mecanismo de intervenções no Mercado Monetário Interbancário, em substituição da base monetária, até então a variável operacional da política monetária.

A taxa MIMO constitui a base para a determinação do indexante único que todos os bancos se comprometeram a adoptar no processo de determinação das taxas de juro de empréstimo, através do acordo rubricado entre o Banco de Moçambique, os bancos comerciais e a Associação Moçambicana de Bancos.

A partir desse indexante, o sistema financeiro passou a ter uma taxa de juro *prime* uniforme, e a sua divulgação regular pelo vasto público permitiu

reforçar a transparência, assim como promover uma maior competitividade no mercado.

Depois das intervenções que fizemos em 2016 a duas instituições de crédito, em face dos graves problemas de solvabilidade que as mesmas apresentavam, hoje o nosso sistema financeiro se mostra mais sólido e capitalizado para fazer face a choques, estando o rácio de solvabilidade do sistema em redor de 20%, bem acima dos 8% regulamentados pelos princípios de Basileia I e II.

Ainda na perspectiva de continuar a ter um sistema financeiro mais robusto e sólido, no âmbito das medidas prudenciais reforçámos os capitais mínimos para as instituições de crédito, com destaque para o capital social mínimo dos bancos, alterámos a composição dos fundos próprios das instituições de crédito, elevámos os rácios e limites prudenciais das instituições de crédito, com destaque para o incremento do rácio de solvabilidade dos bancos, e introduzimos o rácio de liquidez para monitorar níveis de liquidez no sistema bancário.

Para que os cidadãos possam aferir por si sós o nível de robustez das instituições, introduzimos a

partir de Março deste ano a obrigatoriedade de os bancos publicarem regularmente a informação sobre os seus níveis de solvabilidade e de liquidez.

Introduzimos, igualmente, o princípio de publicação, pelo Banco de Moçambique, do nome das instituições financeiras que tenham sido penalizadas em decorrência de infracções que tenham cometido no exercício das respectivas funções.

No domínio da implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro, e mais concretamente no que concerne à materialização dos objectivos da nossa Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, operacionalizámos o Comité Nacional de Inclusão Financeira, com a formalização dos grupos de trabalho e a realização do seu primeiro encontro de trabalho.

Estamos convictos de que, com esta etapa, estão criadas as condições para a continuação da melhoria dos níveis de inclusão financeira no País, principalmente no que diz respeito ao acesso físico ou electrónico aos serviços financeiros prestados pelas instituições financeiras e à expansão territorial ao nível dos distritos e localidades.

No âmbito da função emissora, e tomando o ensejo da data comemorativa da nossa moeda, lançámos a Série 2017 de notas do Metical, que mantém as mesmas características de qualidade e segurança que a anterior de 2011, apresentando apenas como novos elementos a assinatura e a data.

Por outro lado, no esforço permanente de melhoria das condições internas de trabalho, e tendo em vista continuar a garantir uma apropriada prestação de serviços ao Estado e às instituições bancárias, ao mesmo tempo assegurando uma adequada preparação para a integração regional, foram inaugurados por Sua Excelência Senhor Presidente da República Filipe Jacinto Nyusi, aqui na sede do Banco de Moçambique um complexo de três edifícios modernos, que respondem aos padrões exigidos internacionalmente à indústria bancária.

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

Com o objectivo de criar maiores sinergias entre o investimento estrangeiro e nacional, num quadro de maior igualdade de oportunidades, no âmbito das competências que o Governo nos atribuiu emitimos muito recentemente um Aviso que introduz alterações significativas no Regulamento Cambial, orientadas a proporcionar maior flexibilidade e celeridade nas transacções com o exterior, sem perigar os princípios de registo, de dever de verificação e de exercício pleno da função de autoridade cambial reservada ao Banco de Moçambique.

Aliás, nesta esteira, já havíamos liberalizado nos princípios do ano os limites de utilização de cartões de pagamento electrónico por todos os clientes do sistema financeiro moçambicano, até então fixado em setecentos mil meticais.

É nossa convicção que estes passos conferem maior responsabilidade a todos os intervenientes nas transacções cambiais, mas, por outro lado, têm um efeito multiplicador incomensurável na dinamização dos investimentos no nosso país, seja por agentes económicos estrangeiros, seja por nacionais.

Não obstante os resultados positivos que acabo de sublinhar, a estabilidade macroeconómica precisa de ser reforçada.

Assim, relançar a actividade económica para os padrões médios de crescimento que vínhamos registando vai continuar a exigir reformas, disciplina fiscal e trabalho abnegado de todos os moçambicanos.

Até ao terceiro trimestre do presente ano, a economia cresceu apenas 3%, quando, nos 8 anos anteriores a 2016, a mesma vinha crescendo em redor de 7%.

Adicionalmente, apesar dos esforços empreendidos na colecta de impostos, as receitas do Estado continuam aquém do necessário para financiar as despesas, ressentindo-se da suspensão do apoio directo ao orçamento por parte dos doadores e parceiros de cooperação, aspecto que coloca desafios acrescidos ao sector fiscal.

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

Para o ano que se avizinha, a política monetária será orientada para a manutenção de uma inflação baixa e controlada, ao nível de um dígito, havendo espaço, ainda assim e na dimensão e velocidade da execução das reformas fiscais projectadas, para que a mesma seja suficientemente flexível e prudentemente descomprimida, contribuindo deste modo para que o sector privado da economia seja o principal beneficiário dos poucos recursos financeiros que o nosso sistema possui, o que, a concretizar-se, reflectirá o esforço conjunto de todos nós a bem da retoma da nossa economia a breve trecho.

Ao nível do sector financeiro, reforçaremos a vigilância macroprudencial, para monitorarmos os riscos potenciais que possam afectá-lo, bem assim a microprudencial, para que todas as instituições observem as boas práticas internacionais e cumpram rigorosamente com as nossas recomendações e normas, no âmbito da supervisão *onsite* e *offsite* com base nos princípios de Basileia II e no risco, visando evitar a degradação da saúde financeira das instituições.

Ainda no âmbito dos esforços de manutenção da estabilidade financeira, vamos introduzir reformas regulatórias visando mitigar o risco decorrente da crescente exposição das instituições financeiras moçambicanas às operações com o exterior.

Estas medidas prudenciais estão alinhadas com o preconizado pelo Comité de Basileia para o reforço da supervisão no domínio da actividade transfronteiriça das instituições, dado o seu potencial para transmitir choques externos aos sistemas financeiros dos países envolvidos.

Submeteremos, igualmente, ao Governo uma proposta de revisão da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, mais ajustada a um regime de resolução bancária adequado para o caso moçambicano e seguindo as boas práticas internacionais, o que irá flexibilizar a nossa actuação em caso de necessidade de intervenção para correcção de situações de instabilidade das instituições de crédito.

Contudo, o alcance destes objectivos exige a contribuição de todos nós - o sistema financeiro, as empresas e o governo -, para que seja possível vencer os riscos que se vislumbram no horizonte de curto a médio prazos, tanto de conjuntura doméstica como de conjuntura internacional, os

quais, se não acautelados, podem colocar em risco toda a estabilidade alcançada.

Em nosso entender, os principais desafios para a materialização dos objectivos já anunciados incluem a manutenção de uma paz duradoura, a continuação dos esforços de consolidação fiscal já iniciados com o recente pacote de racionalização de despesas, a não ocorrência de choques climáticos e a estabilidade dos preços das mercadorias no mercado internacional.

Termino, assim, a minha intervenção, agradecendo a presença de todos e formulando votos de festas felizes e um próspero 2018 para todos vós e as vossas estimadas famílias!

Muito obrigado pela atenção!

Maputo, 18 de Dezembro de 2017